

BREVE HISTÓRIA DO SINDICATO

Aldo Pereira

Não importa saber quem voou primeiro pilotando um aparelho mais pesado que o ar, se Orville Wright, em 1903, ou Alberto Santos-Dumont, em 1906. Importa saber como nasceu o profissional de pilotagem aérea. E como aconteceu a evolução dos transportes aéreos comerciais, os saltos tecnológicos que exigiram outros tripulantes, além do piloto, como o mecânico de voo, o radiotelegrafista, o navegador e, finalmente, o aeromoço.

Em 1910 Igor Sikorski constrói o "Bolshoi Baltiskii", quadrimotor de 4.080 quilos de peso máximo de decolagem. Com dois tripulantes, o primeiro gigante do ar transportava seis passageiros. Voou em 1913, dez anos do primeiro voo de Orville Wright, sete anos depois do primeiro voo de Alberto Santos-Dumont.

Mais seis anos se passaram. Em 1919, finda a Primeira Guerra Mundial, nascia a aviação comercial. Iniciava suas atividades com aviões e tripulantes excedentes de guerra. Junkers constrói o F-13, primeiro avião destinado ao serviço de transporte aéreo civil.

Assim, em 1919 nascia a profissão de tripulante de avião comercial.

No Brasil, prevendo a inevitável implantação do transporte aéreo civil, o governo federal publica uma série de regulamentos e instruções destinadas a regular as atividades do novo membro do sistema de transportes.

O decreto nº 14.050, de 5 de fevereiro de 1920, aprova o Regulamento da Inspetoria Federal de Navegação, nova denominação da antiga Inspetoria Federal de Viação Marítima e Fluvial, tendo-lhe sido atribuídos os encargos relativos aos serviços civis de navegação aérea, além dos referentes à navegação marítima e à fluvial, que já lhe competiam.

Pelo decreto nº 16.983, de 22 de julho de 1925, foi aprovado o regulamento para os serviços civis de navegação aérea, no qual a competência legal para todos os atos era atribuída ao ministro da Viação e Obras Públicas.

Pela portaria s/n, de 6 de outubro de 1925, do ministro da Viação e Obras Públicas, foram aprovadas as instruções para a organização do serviço de superintendência e fiscalização da navegação aérea, que seriam exercidas pela Inspetoria Federal de Navegação, em virtude do

artigo 20 do seu regulamento, aprovado pelo decreto nº 14.050, de 15 de fevereiro de 1920, já citado.

Em 11 de novembro de 1926 o Ministério de Viação e Obras Públicas baixa portaria s/n que aprova as instruções para os exames, cartas, licenças, matrícula e mais providências relativas aos aviadores civis.

Coincidentemente, nesse mês de novembro de 1926 chega ao Brasil o avião alemão Dornier Wal, o primeiro a ser empregado no transporte aéreo regular brasileiro.

No dia 1º de janeiro de 1927, esse avião, tripulado pelo piloto-aviador alemão Rudolf Cramer von Clausbruch e pelo mecânico Franz Nuelle, decolou do Rio de Janeiro para levar a Florianópolis o ministro da Viação e Obras Públicas. Esses dois tripulantes são os primeiros a tripular um avião comercial de matrícula brasileira, esse mesmo Dornier Wal, o primeiro a ser registrado no Brasil, tendo recebido a marca de matrícula P-BAAA.

Porisso Rudolf Cramer von Clausbruch, cidadão alemão mais tarde naturalizado brasileiro, é o pioneiro da nossa profissão no Brasil. Von Clausbruch, sócio honorário do Sindicato Nacional dos Aeronautas, bem merecia ser proclamado Patrono dos profissionais de vôo da aviação brasileira.

O grande passo na disciplinação das atividades da aviação civil brasileira é dado no dia 22 de abril de 1931, quando, pelo decreto nº 19.902, o governo federal dispõe sobre a criação e organização do Departamento de Aeronáutica Civil.

Até então os tripulantes da aviação comercial eram estrangeiros, alemães no Sindicato Condor e na sua subsidiária Varig, e norte-americanos na Panair do Brasil, cujas funções eram exercidas segundo os regulamentos internos de cada empresa, que os adotavam de suas matrizes estrangeiras.

Tratando pela primeira vez da nacionalidade das tripulações dos aviões comerciais brasileiros, o Ministério da Viação e Obras Públicas, pela portaria s/n, de 21 de outubro de 1931, "Resolve fixar o prazo de 2 (dois) anos para que as aeronaves nacionais sejam tripuladas com aeronautas brasileiros, ficando o Departamento de Aeronáutica Civil autorizado a estabelecer as condições segundo as quais se processará a substituição gradual, dentro daquele prazo, dos aeronautas estrangeiros."

Logo a seguir o governo baixa o decreto nº 20.914, de 6 de janeiro de 1932, regulando a execução dos serviços aeronáuticos civis. Nesse importante documento, de sessenta artigos, são abordados todos os aspectos do então incipiente aerotransporte nacional. Considerando o caráter nacional da aviação civil, o Governo Federal chama a si toda a responsabilidade, dando unidade doutrinária e disciplinar ao elemento que então se integrava no sistema nacional de transportes. Eram nacionalizadas as aeronaves, conforme disposto no artigo 7º: "Só serão consideradas brasileiras as aeronaves inscritas no Registro Aeronáutico Brasileiro. A nacionalidade das aeronaves estrangeiras decorre do país em cujo registro estiverem inscritas." O trabalhador nacional tinha seu direito ao trabalho assegurado conforme o disposto no artigo 8º: "A tripulação das aeronaves nacionais deve ser constituída de brasileiros. Parágrafo único. Somente na falta de aeronautas brasileiros licenciados na forma deste decreto poderão ser admitidos, em caráter provisório e mediante as condições que forem estipuladas, os estrangeiros devidamente habilitados."

2

Tal era a carência de aeronautas brasileiros habilitados a tripular os aviões comerciais, que a quase totalidade dos tripulantes, principalmente pilotos, era constituída de estrangeiros. Assim se referia sobre o assunto o capitão-aviador Antônio Alves Cabral em conferência realizada em 1935: "A aeronáutica civil e comercial possui um total de 81 aviões em serviço... Os pilotos quase na totalidade estrangeiros. Alguns são naturalizados. Somente 3 pilotos são brasileiros natos..."

Os aeronautas eram assim definidos no artigo 24: "Consideram-se aeronautas, para os fins deste decreto, os tripulantes de uma aeronave que exerçam a bordo funções técnicas necessárias à sua condução." Como se vê, os comissários de voo não eram considerados, simplesmente por inexistentes na aviação brasileira de 1932.

Na exposição de motivos do decreto 20.914, no que se refere à nacionalização das tripulações, lê-se: "... a nossa legislação deve fixar o princípio da nacionalidade de toda tripulação das aeronaves. A falta de escolas civis de aeronáutica e o incremento recente desse meio de transporte no país ainda não nos permite dispensar a cooperação dos aeronautas estrangeiros, que só por exceção são admitidos a tripular as aeronaves brasileiras."

Em fins de 1936 voltava o governo a preocupar-se com as tripulações brasileiras, baixando normas, pela portaria nº 828, de 8 de dezembro

de 1936, para a nacionalização total das tripulações dos aviões comerciais brasileiros.

A portaria nº 215, do Ministério da Viação e Obras Públicas, de 20 de abril de 1937, aprova instruções para exame de sanidade dos candidatos a tripulante e dos tripulantes, com funções técnicas a bordo das aeronaves civis, disciplinando importante questão de segurança de voo.

Até então só eram tripulantes o piloto, o mecânico e o radiotelegrafista. Em concorrência objeto do decreto nº 22.904, de 8 de julho de 1933, foi autorizada a celebração do contrato para o estabelecimento e a execução da linha Belém-Manaus, conforme decreto nº 24.015, de 15 de março de 1934, com a Panair do Brasil. Na cláusula X do contrato está disposto que "Os aviões utilizados deverão ser hidroaviões ou anfíbios com características iguais ou superiores às seguintes: a) lotação para 8 (oito) passageiros; b) tripulação constituída de um piloto e de um mecânico, pelo menos, devendo um desses tripulantes acumular as funções de radiotelegrafista." É esta a primeira referência à composição de uma tripulação de avião comercial brasileiro.

Pela portaria nº 151/DAC, de 21 de outubro de 1937, que aprovou instruções para o Serviço de Inspeção Aeronáutica (S.I.A.) fica estabelecido no seu artigo 1º: "Ao Serviço de Inspeção Aeronáutica (S.I.A.) subordinado diretamente ao Diretor do Departamento incumbirá: "... d) proceder ao exame de habilitação dos candidatos à carta de piloto e de mecânico de voo; e) verificar a habilitação dos pilotos e mecânicos de voo para o exercício dessas funções a bordo de aeronaves." Vê-se por esse documento que o DAC só habilitava pilotos e mecânicos de voo. Os radiotelegrafistas eram habilitados pelo órgão responsável pelas radiocomunicações do Ministério da Viação e Obras Públicas

Até o ano de 1938 só eram tripulantes os pilotos, os mecânicos de voo e os radiotelegrafistas. Nesse ano nasce no Brasil a profissão de aeromoço, hoje denominado comissário de voo, também impropriamente chamado comissário de bordo pelas empresas.

Com a introdução de aviões de maior porte e, conseqüentemente, de maior capacidade de passageiros e de carga, as empresas passaram a empregar o aeromoço. Iniciado o seu emprego regular em 1937, os aeromoços eram geralmente despachantes destacados para participar dos voos para exercer as funções de aeromoço mas viajando como passageiro. Para regular a sua admissão e o seu emprego, foi baixada no dia 27 de abril

de 1938 a portaria 69/DAC, abaixo transcrita integralmente por se tratar de documento da história da formação dos aeronautas brasileiros e que serve para dirimir certas dúvidas frequentemente levantadas: "O Diretor do Departamento de Aeronáutica Civil, usando de suas atribuições, e considerando a necessidade de regular a classificação e a admissão de aeromoço a bordo de aeronaves civis, resolve: Art. 1º. As empresas nacionais de aeronavegação só poderão admitir e utilizar aeromoços que possuam licença concedida pelo Departamento de Aeronáutica Civil; Art. 2º O aeromoço fará parte integrante da tripulação da aeronave, devendo seu nome ser inscrito no Livro de Bordo; Art. 3º. O candidato a aeromoço, que só poderá ser brasileiro nato, deverá apresentar junto ao requerimento de licença, os seguintes documentos: a) certidão de idade; b) carteira de identidade; c) folha corrida; d) autorização do pai ou de quem exercer o pátrio poder, se o candidato fôr maior de 17 e menor de 21 anos; e) laudo de exame de sanidade psico-fisiológico procedido pelo S.M.A.; Art. 5º. A idade máxima para o início da função é de 30 anos." O artigo 3º desta portaria foi acrescido da seguinte alínea, por ato do Diretor da Aeronáutica Civil, datado de 12 de dezembro de 1944: "atestado de habilitação para exercício da profissão, passado por empresa de transporte aéreo, devidamente autorizada a funcionar." Este acréscimo serviu somente para oficializar uma situação de fato, pois as empresas sempre haviam preparado os seus aeromoços.

Trinta e dois anos incompletos do voo do 14-Bis de Santos-Dumont aparecia na aviação brasileira o seu mais recente tripulante. Estava assim concluída a categoria profissional aeronauta, que perdura até hoje.

A nacionalização das tripulações, há quase dez anos prevista, foi acelerada nessa época pela admissão de sargentos-aviadores formados pelo Curso de Sargento-Aviador da Escola de Aviação Militar e, em menor número, de oficiais da Aviação Naval.

Em 1938 o governo federal impulsiona a formação de pilotos-aviadores civis subvencionando vários aeroclubes, incentivando a criação de outros, e instituindo bolsas de estudos.

Assim chegamos a 1942 quando as tripulações estavam totalmente nacionalizadas.

Nesse agora longínquo ano de 1942 os jovens tripulantes dos aviões comerciais brasileiros resolveram unir-se na defesa de seus interesses

imediatos. Os interesses futuros começaram a preocupá-los anos mais tarde, quando a idade fazia sentir o seu peso.

Os idealizadores de uma entidade de classe passaram a se reunir para discutir a maneira de concretizar seus planos. Dentre esses idealizadores merece menção o nome de Clovis Roldão de Oliveira Barros, oriundo do Curso de Sargento-Aviador da Escola de Aviação Militar, que exercia as funções de comandante na Panair do Brasil. Roldão morreu em acidente de aviação antes de ver concretizado seu sonho de unir seus colegas em uma associação representativa de sua categoria profissional.

Mas a idéia continuou a tomar corpo. Assim, às 5 horas da tarde do dia 14 de janeiro de 1942 reuniam-se na sala 502 da rua Buenos Aires número 41, na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, os companheiros Licínio Corrêa Dias, Durval Pinheiro Barros e Auderico Silvério dos Santos, o primeiro piloto-comandante e os outros dois radiotelegrafistas nos Serviços Aéreos Condor (atual Cruzeiro), acompanhados pelo advogado Paulo de Barros Andrade, a fim de "serem tomadas as providências iniciais para a fundação da Associação Profissional dos Aeronautas do Distrito Federal". Por deliberação unânime dos presentes foi indicado o companheiro Licínio Corrêa Dias "para em nome dos demais tratar do necessário para a assembléia geral de fundação e demais expediente preciso para sua finalidade". Participava desse núcleo inicial o companheiro Dagoberto Nery Hayne que não pode comparecer à primeira e histórica reunião.

Já nessa primeira reunião o advogado Paulo de Barros Andrade apresenta um projeto de Estatutos "qual é lido e aprovado pela comissão, devendo ser apresentado à assembléia geral a ser convocada". E às 6 horas e 30 minutos da tarde encerra-se a histórica reunião.

Fora dado o primeiro passo. Doze dias depois, a 26 de janeiro de 1942, foi fundada a Associação Profissional dos Aeronautas do Distrito Federal. Atenderam à convocação trinta e seis profissionais de vôo para discutir e deliberar a seguinte Ordem do Dia: 1º - Fundação da Associação; 2º - Leitura, discussão e aprovação dos Estatutos; 3º - Eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal. A proposta da fundação da Associação foi aprovada por unanimidade. Os Estatutos foram aprovados com emendas apresentadas ao ante-projeto.

Passando ao terceiro item da Ordem do Dia - Eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal, "usaram da palavra vários associados, indicando os nomes das pessoas que deveriam ser aproveitadas na primeira

Diretoria". Havendo perfeita união de vistas ficou deliberado que a eleição se processasse por aclamação, o que foi feito. Assim, foram eleitos: Presidente, Eduardo Henrique Martins de Oliveira; Secretário, Aulerico Silvério dos Santos; Tesoureiro, Durval Pinheiro Barros; e Conselho Fiscal, Licínio Corrêa Dias, Alício Gabriel de Carvalho e Sérvulo de Paula Machado, a seguir empossados. E às 6 horas e 12 minutos do dia 26 de janeiro de 1942 encerrava-se a primeira sessão da assembléia de fundação da Associação Profissional dos Aeronautas do Distrito Federal.

Mais dois anos se passaram até que a Assembléia Geral tornasse a se reunir. No dia 25 de agosto de 1944 reuniu-se a Assembléia Geral na avenida Rio Branco número 85, 10º andar, para tratar da seguinte Ordem do Dia: 1º - Eleição da nova Diretoria; 2º - Anistia geral; 3º - Interesses gerais.

O primeiro item teve como consequência a eleição da nova diretoria, assim composta: Presidente, Licínio Corrêa Dias; Secretário, Ruy Presser Bello; Tesoureiro, Custódio Netto Junior; e Conselho Fiscal, Aulerico Silvério dos Santos, Ernesto da Costa Fonseca e Edgar Mac Iaren. A diretoria eleita foi empossada no dia 30 de agosto de 1944.

No dia 24 de agosto de 1945 reuniu-se a Assembléia Geral em Sessão Extraordinária para tomar conhecimento da renúncia do presidente da Associação, Licínio Corrêa Dias, e eleger novos diretores e membros do Conselho Fiscal. Procedida a eleição foram proclamados eleitos: Presidente, Childerico Motta; Secretário, Mário Joppert Carneiro da Cunha; Tesoureiro, Jayme Madeiros Nunes; e Conselho Fiscal, Décio Alves Vilhena, Manoel Machado Filho e Carlos Correia.

A seguir o "associado Ruy Presser Bello encareceu a necessidade da Associação se transformar em Sindicato, uma velha aspiração da classe. Propôs que a assembléia se manifestasse sobre dita transformação o que foi aprovado por unanimidade".

Em consequência dessa proposta foram tomadas providências no sentido da transformação da Associação em Sindicato, concretizada pela Carta de 9 de dezembro de 1946, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, reconhecendo o Sindicato dos Aeronautas do Rio de Janeiro como sindicato representativo da categoria profissional aeronauta.

No dia 17 de dezembro de 1946 realiza-se a primeira Assembléia Geral Extraordinária convocada para eleger a primeira Diretoria e o Conselho Fiscal. Compareceram 140 sócios à sede provisória situada à

rua Araujo Porto Alegre número 70, salas 1201 e 1204. Procedida a votação foram eleitos os componentes da chapa 1 com 109 votos, tendo a chapa 2 obtido 31 votos. A chapa vencedora contava com os seguintes nomes: Diretoria - Aristêo Azevedo de Cerqueira Leite, José Maria Borges de Almeida, Laurency Fontoura Pires, Manoel Machado Filho e Antônio Paschoal Rovigatti; Conselho Fiscal - Jayme Medeiros Nunes, Ernesto ~~da~~ Costa Fonseca, Fernando Araujo Arruda Albuquerque; Suplentes da Diretoria - Francisco José Osório Escobar, Aldo da Costa Pereira, Bruno Rotta, Waldemar da Silva Gomes e Carlos Santos Correia; Suplentes do Conselho Fiscal - Fernando Sérgio Ayres da Motta, Clovis Ochotorena Fagundes e Gilmar Vinhas Mariath.

No dia 23 de dezembro de 1946 reuniram-se os membros da diretoria eleita para distribuição dos cargos de direção do Sindicato. Processada a votação ficou assim constituída a primeira diretoria do Sindicato dos Aeronautas do Rio de Janeiro: Presidente, Aristêo de Azevedo Cerqueira Leite; Vice-Presidente, José Maria Borges de Almeida; Primeiro-Secretário, Laurency Fontoura Pires; Segundo-Secretário, Manoel Machado Filho; e Tesoureiro, Antônio Paschoal Rovigatti.

No dia 5 de fevereiro de 1947, perante a Assembléia Geral Extraordinária para esse fim convocada ~~foi~~ empossada a diretoria eleita no dia 23 de dezembro de 1946.

Uma das primeiras providências da diretoria foi a de ampliar o território do Sindicato, restrito ~~à~~ ~~cidade~~ do Rio de Janeiro, então Capital Federal.

No dia 31 de março de 1947, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio resolveu estender a sua base territorial a todo o território nacional, passando a denominar-se Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Limitar-me-ei agora a historiar as eleições das diretorias que se sucederam. Outros aspectos das lutas travadas pelo Sindicato serão temas de outras "Breves Histórias" que escreverei oportunamente.

Não consegui encontrar nos arquivos do Sindicato, nem nos livros de atas os nomes de todos os companheiros eleitos. Nem mesmo o nosso jornal "A Bússola" contém ~~esses~~ nomes dos eleitos. Como também não costumava publicá-los no "expediente". Quando recebi do presidente Sílvio de Moraes o encargo de concluir a "A Bússola" nº 114 de março/abril de 1976, ~~apliquei~~ ~~de~~ imediato três medidas, a saber: reduzir a tiragem absurda de 15.000 exemplares para 5.000, tirar três cores da capa e publicar os nomes de todos os diretores efetivos.

Com os nomes obtidos nos arquivos, atas, em "A Bússola" e alguns conseguidos na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, consegui fazer o levantamento de todas as diretorias. Em quase todas constam as datas das eleições e das posses das diretorias. Em algumas faltam as datas das eleições, em outras as datas das posses.

A segunda diretoria do Sindicato Nacional dos Aeronautas foi eleita no dia 15 de julho de 1950, tendo concorrido somente uma chapa. Não consegui obter a data da sua posse, nem os nomes dos membros do conselho fiscal nem dos suplentes da diretoria e do conselho fiscal. A diretoria ^{eleita} empossada no dia 15 de julho de 1950 era composta assim: presidente, Luiz Fernando Nóbrega Carneiro; vice-presidente, Mário Honorato da Silva e Souza; 1º secretário, Júlio dos Santos Paiva; tesoureiro, Paulo Rolando Marchiorato.

Em dezembro de 1951 aconteceu a primeira greve geral da aviação comercial brasileira, greve conjunta de aeronautas e aeroviários, pela conquista de aumento salarial. A diretoria praticamente se omitiu. O presidente ficou parado em Lisboa, o vice-presidente atuou em São Paulo, os demais pouco fizeram. A greve foi dirigida por um amplo comando de greve liderado pelo companheiro Fernando Araujo Arruda Albuquerque.

No dia 17 de março de 1952 foi eleita uma Junta Governativa, empossada no dia 29 de abril de 1952, composta por Aristêo Azevedo de Cerqueira Leite, presidente; Armando de Souza Coelho, secretário; Antônio Pascoal Rovigatti, tesoureiro.

Esta junta governativa foi substituída pela diretoria regularmente eleita em data que desconheço e empossada no dia 19 de agosto de 1952, assim composta: presidente, Fernando Araujo Arruda Albuquerque; vice-presidente, Osmar Avelino Ferreira; 1º secretário, Élio da Fonseca Barros; 2º secretário, Ivan Alkmin; tesoureiro, Ernesto ~~de~~ Costa Fonseca. O conselho fiscal contava com os nomes de Eduardo Nilor de Souza Mendes, Dídimo Affonso Agapito da Veiga e Cezar Lopes de Aguiar. Eram suplentes da diretoria Teophilo Eugênio de Abreu Junior, Iandulpho Monteiro Filho, José Ribamar Costa Ferreira, Mário Honorato da Silva e Souza e Fernando Rego. Suplentes do conselho fiscal: Carlos Álvares de Azevedo Macedo, Roberto Fritscher e João Fonteles Calmon.

A quarta diretoria concorreram duas chapas, empossada a vencedora no dia 3 de setembro de 1954, constante dos seguintes nomes: presidente, Fernando Araujo Arruda Albuquerque; vice-presidente, Ernesto Marcelino

Santonja Brea; 1º secretário, Mário Browne de Araujo; 2º secretário, Ophir Pereira Mendes; tesoureiro, Roberto Fritscher. Eleitos para o conselho fiscal Elmo Costa, Frederico Heeren e José de Salvador. Eram suplentes da diretoria Manoel Fernandes Filho, Fernando Rego, Guenther Otto Umlandt, Antônio Aluizio Gondim de Abreu e Thomaz Vicente Costa. Suplentes do conselho fiscal Arístides Girólamo, Fidelis Franco Bueno e Nelson Caetano de Araujo.

No dia 24 de setembro de 1954 é criado o Sindicato Nacional dos Pilotos em Transportes Aéreos, que retirou os pilotos do Sindicato Nacional dos Aeronautas. Por isso foi destituída a diretoria acima mencionada.

Uma junta governativa foi eleita e empossada no dia 23 de novembro de 1954, composta por Edmundo Augusto da Silva Lisboa, presidente; Elmo Costa, secretário; e Batuíra Martins da Costa, tesoureiro.

Excluídos os pilotos do quadro social do Sindicato Nacional dos Aeronautas, a ele continuaram a pertencer os radiotelegrafistas de vôo, os mecânicos de vôo, os navegadores e os comissários de vôo.

A quinta diretoria foi eleita em data que desconheço e empossada no dia 31 de janeiro de 1955. A diretoria eleita era composta por: presidente, Osmar Avelino Ferreira; Vice-presidente, Frederico Heeren; 1º secretário, Ivan Alkmin; 2º secretário, Waldir Grasso; tesoureiro, Manoel Fernandes Filho, mais tarde substituído por Luiz Moreira.

Pela Resolução 125.372-55 da Comissão de Enquadramento Sindical os comissários de vôo são considerados aeroviários. Assim, o quadro de sócios do Sindicato Nacional dos Aeronautas fica ainda mais reduzido. Essa negra fase da história do sindicato está contada na "Breve História de um movimento divisionista".

Mas, ⁱⁿconformados com a divisão dos profissionais de vôo da aviação civil brasileira, a grande maioria dos sócios dos dois sindicatos resolveu lutar pela reunificação do velho Sindicato Nacional dos Aeronautas, extinguindo o espúrio Sindicato Nacional dos Pilotos em Transportes Aéreos.

Para tratar da reunificação foi eleita, no dia 31 de maio de 1957 e empossada em dia que desconheço, uma junta governativa do Sindicato Nacional dos Aeronautas, assim composta: presidente, Paulo de Mello Bastos; secretário, Ernesto da Costa Fonseca; tesoureiro, Waldir Grasso.

A sexta diretoria foi eleita no dia 16 de agosto de 1957 e empossada no dia 10 de setembro de 1957, composta pelos seguintes nomes: presidente, Ernesto ~~da~~ Costa Fonseca; vice-presidente, Ivan Alkmin; 1º secretário,

Waldir Grasso; 2º secretário, João Fonteles Calmon; Tesoureiro, Luiz Moreira. Conselho fiscal: Cristóvam Colombo Carvalho Silva, Salomão Manuel da Silva e Jader Iyra Caldas. Suplentes da diretoria: Frederico Heeren, Aldo da Costa Pereira, Ormuzd Rodrigues da Cunha Lima, Jayme Ferreira da Silva e Sara Besenuver. Suplentes do conselho fiscal: Roger Luiz Ebert, Luiz A. de Vasconcelos e José Sardi de Figueiredo. Estavam reunidos todos os aviadores profissionais no seu único e legítimo sindicato.

A sétima diretoria foi eleita no dia 10 de agosto de 1959 e empossada no dia 10 de setembro de 1959. A diretoria contava com os seguintes nomes: presidente, Ernesto ~~da~~ Costa Fonseca; vice-presidente, Telyo Chaves da Carvalho; 1º secretário, Josias Nunes de Azevedo Santos; 2º ~~secretário~~, Osmar da Costa e Silva; tesoureiro Waldir Grasso. Conselho Fiscal Claudionor dos Santos Cordeiro, Arlindo Figueiredo e Gilberto Moraes Rego Albuquerque. Suplentes da diretoria Rogério de Araujo Coriolano, Antenor Ferraciolli, Cristóvam Colombo Carvalho Silva, Fernando Nazareth Henderson Silva e José Sardi de Figueiredo. Suplentes do conselho fiscal: Paulo de Mello Bastos, Aldo da Costa Pereira e Jayme Ferreira da Silva. No dia 4 de junho de 1960 o presidente Ernesto ~~da~~ Costa Fonseca afastou-se do cargo por motivo de saúde, sendo substituído pelo vice-presidente Telyo Chaves de Carvalho. Gilberto de Moraes Rego Albuquerque assumiu a vice-presidência e Aldo da Costa Pereira p conselho fiscal.

A oitava diretoria foi eleita no dia 10 de agosto de 1961 e empossada no dia 9 de setembro de 1961. A diretoria ficou assim constituída: presidente, Paulo de Santanna Machado; vice-presidente, Ernesto ~~da~~ Costa Fonseca; 1º secretário, Fernando de Alencar Santiago; 2º secretário, Lúcio Bulcão de Siqueira Torres; tesoureiro, Gilberto Moraes Rego Albuquerque. Conselho Fiscal Paulo de Mello Bastos, Milton Machado Fagundes e Wanderlyr A. Wittitz. Suplentes da diretoria Amaury Galvão de França, Augusto Nelson Crocco, Telyo Chaves de Carvalho, Josias Nunes de Azevedo, ^{Santos} e Luiz Carlos Machado Santos. Suplentes do Conselho Fiscal: Aloísio Meneses de Araujo, Ivan Cabral Fernandes e Daniel Barbosa Bonfim.

A nona eleição foi regida pelos novos estatutos, que alteraram substancialmente a composição da diretoria. A ela concorream ^N duas chapas, uma patrocinada pelos empresários, que sofreu significativa derrota. A diretoria eleita no dia 13 de agosto de 1963 e empossada no dia 21 de setembro de 1963, contava com os seguintes nomes: presidente, Paulo de Santanna Machado; 1º vice-presidente, Ion de Sá Waber; 2º vice-presidente, Roberto Co-

vello Pinheiro Machado; secretário geral, Josias Nunes de Azevedo Santos; secretário de administração, Paulo Souza dos Santos; secretário de finanças, Lúcio Bulcão de Siqueira Torres; secretário de relações públicas, Marcus Maravilhas. Conselho Fiscal Ernesto de Costa Fonseca, Aluísio Valadares Fleury da Fonseca e Carlos Gillis Enderlein. Delegados à Federação Paulo de Mello Bastos, Gilberto Moraes Rego Albuquerque e Daniel Barbosa Bonfim. Suplentes da diretoria Rogério de Araujo Coriolano, Francisco Adyr Vieira Pitangui, Evandro Augusto da Silva Lisboa, Milton Machado Fagundes, Mercedes Monteiro, Ophir Pereira Mendes e Paulo Teixeira Lixa. Suplentes do conselho fiscal José Leal Hultmann, ~~H~~indenburg Cavalcante e Aldo Cavalcante Springer. Suplentes dos delegados à federação: Rudolf Albrecht de Bittencourt Naegeli, José Sardi de Figueiredo e Jayme de Souza C. Teixeira. Esta diretoria, conselho fiscal e delegados à federação foram destituídos pela junta militar em abril de 1964 e substituídos por interventores.

A décima diretoria, eleita nos dias 15 a 19 de agosto de 1966 foi empossada no dia 16 de setembro de 1966, composta de: presidente, Waldemar de Souza Carvalho; 1º vice-presidente, Raul Ourique Fragoso; 2º vice-presidente, Ignacio dos Santos Abreu Neto; secretário geral, Ernesto Leopoldo Stumvoll; secretário de administração, João da Silva Pereira; secretário de finanças, Milton Luiz Bittencourt Lobo; secretário de relações públicas, Arlindo José Macedo. Conselho Fiscal, Ignacio Silvestre dos Santos, José Barbosa dos Santos e Rafael Grossi da Veiga. Delegados à federação: Waldemar de Souza Carvalho, Luiz Fernando Cavaliere e Arlindo José Macedo. Suplentes da diretoria Celso Geraldo Martins, Nelson Silveira de Souza, Elmano Adolfo Rocha Souza, Dinarte Alves Paiva, Itacy Sotero dos Santos, Henrique Sebastião Guazelli e Waldyr Baião Andrade. Suplentes do conselho fiscal José Xavier de Carvalho, Sílvio de Moraes e Célio Vasconcelos. Suplentes dos delegados à federação José Otto D'Abril, Carlos Alberto Abreu Figueiredo e Milton Luiz Bittencourt Lobo.

Devido às condições políticas era muito difícil administrar o sindicato. A décima diretoria democraticamente eleita não chegou a cumprir o seu mandato de três anos. Dois anos depois de sua posse foi substituída pela décima primeira.

A décima primeira diretoria, eleita nos dias 11 a 15 de agosto de 1968 e empossada no dia 27 de setembro de 1968, estava composta pelos nomes

de: presidente, Daniel Ariosto Portela; 1º vice-presidente, Ernesto Marcelino Santonja Brea; 2º vice-presidente, Ernesto Leopoldo Stumvoll; secretário geral, Pedro Carlos Jouvin; secretário de administração, João da Silva Pereira; secretário de finanças, Elmano Adolfo Rocha Souza; secretário de relações públicas, José Xavier de Carvalho. Conselho Fiscal Alim Abi Harb, Ernesto Braga e Paulo Souza dos Santos. Delegados à federação Carlos Gillis Enderlein, Mário Mendes de Moraes Filho e Ariosto Portela. Suplentes da diretoria Lauro Stein, Celso Geraldo Martins, Alfredo Gonçalves Sender, Afonso Celso Souza de Carvalho, Pedro Luiz Leão Velloso Ebert, Fernando Vicente de Deus Rosa e Florípedes Diniz Barbosa. Suplentes do conselho fiscal Norberto Castro da Fonseca, Arlindo de Figueiredo e Alberto Bougleux Freire. Suplentes dos delegados à federação José Otto D'Abril, Itacy Sotero dos Santos e Francisco Adyr Vieira Pitangui. Em virtude de constantes modificações, a diretoria, o conselho fiscal e a delegação à federação ficaram constituídos pelos seguintes nomes: presidente, Daniel Ariosto Portela; 1º vice-presidente, vago; 2º vice-presidente, Ernesto Leopoldo Stumvoll; secretário geral, Pedro Luiz Leão Velloso Ebert; secretário de administração, vago; secretário de finanças, Alfredo Gonçalves Sender; secretário de relações públicas, Elmano Adolfo Rocha Souza. Conselho fiscal Ernesto Braga, Paulo Souza dos Santos e Arlindo de Figueiredo. Delegados à federação Carlos Gillis Enderlein, Mário Mendes de Moraes Filho e Daniel Ariosto Portela. Esta diretoria também não completou o mandato estatutário de três anos de duração.

A décima segunda diretoria, eleita nos dias 9 a 13 de novembro de 1970 e empossada no dia 20 de novembro de 1970 estava assim constituída: presidente, Pedro Luiz Leão Velloso Ebert; 1º vice-presidente, Ernesto Leopoldo Stumvoll; 2º vice-presidente, Fernando Vicente de Deus Rosa; secretário geral, Ilto Bonfim; secretário de administração, Alfredo Gonçalves Sender; secretário de finanças, Elmano Adolfo Rocha Souza, secretário de relações públicas, Daniel Ariosto Portela. Suplentes da diretoria Mário Loch, Gerson Maciel de Brito, Augusto Nelson Crocco, João Baptista Freire, Adilson Fernandes Dias e Jomar Coutinho da Fonte. Lamentavelmente não conseguimos os nomes dos membros do conselho fiscal e dos delegados à federação e de seus suplentes. Esta diretoria foi a de mais curta duração, menos de um ano.

A décima terceira eleição foi realizada nos dias 20 a 24 de setembro de 1971 e a diretoria foi empossada no dia 28 de setembro de 1971. Eram membros da diretoria: Milton Emílio de Paula, presidente; 1º vice-presi-

dente, Walter Pereira de Souza; 2º vice-presidente, Raul Ourique Fragoso; secretário geral, Paulo Souza dos Santos; secretário de administração, Abel Flores; secretário de finanças, Adilson Antunes de Almeida; secretário de relações públicas, Cyrano de Andrade Souza. Conselho Fiscal Celso Leonidas Coelho de Souza, Jomar Coutinho da Fonte e Sidney Rios Nogueira. Delegados à federação Pedro Luiz Leão Velloso Ebert, Ilto Bonfim. Suplentes da diretoria Antônio Pedro Stenghel Cavalcanti, Alfredo Gonçalves Sender, Tirce Dias Carneiro Filho, Fernando Vicente de Deus Rosa, João Élio Flores. Suplentes do conselho fiscal Walter Escobar, Edson Cambeiro Ferreira e Miguel Trindade de Oliveira. Suplentes dos delegados à federação Elmano Adolfo Rocha de Souza e Luiz Antônio de Oliveira. Esta diretoria também sofreu constantes modificações, terminando o seu mandato com os seguintes nomes: presidente, Milton Emílio de Paula; 1º vice-presidente, Antônio Pedro Stenghel Cavalcanti; secretário geral, Paulo Souza dos Santos; secretário de administração, João Élio Flores; secretário de finanças, Adilson Antunes de Almeida; secretário de relações públicas, Luiz Guimarães de Oliveira.

A décima quarta diretoria foi eleita nos dias 14 a 19 de outubro de 1974 e empossada no dia 23 de outubro de 1974, com os seguintes membros: presidente, Daniel Borbosa Bonfim; 1º vice-presidente, Alziro José D'Ávila Neto; 2º vice-presidente, Antônio Carlos de Figueiredo; secretário geral, Rivaldo Fernandes da Silva; secretário de administração, René Barbosa de França; secretário de finanças, Sílvio de Moraes; secretário de relações públicas, Milton Emílio de Paula. Conselho fiscal Fernando Nazareth Henderson Silva, Jomar Coutinho da Fonte e Edson Cambeiro Ferreira. Delegados à federação: Antônio Pedro Stenghel Cavalcanti, Milton Emílio de Paula. Suplentes da diretoria Edmilson Derito, Gustavo Adolfo Mertens, Ilto Bonfim, Péricles Leonardi, Antônio de Souza, Marco Antônio de Castro Espírito Santo, Luiz Guimarães de Oliveira. Suplentes do conselho fiscal Emir Ciruelos, Glaucio Di Giacomo, Antônio Geraldo Thomaz Simões Filho. Suplentes dos delegados à federação Pedro Luiz Leão Velloso Ebert e Ilto Bonfim. Em virtude de modificações a diretoria ficou constituída pelos seguintes nomes: presidente, Sílvio de Moraes; 1º vice-presidente, Edmilson Derito; 2º vice-presidente, Antônio Carlos de Figueiredo; secretário geral, Rivaldo Fernandes da Silva; secretário de administração, Péricles Leonardi; secretário de finanças, René Barbosa de França; secretário de relações públicas, Marco Antônio de Castro Espírito Santo.

A décima quinta diretoria eleita foi empossada no dia 21 de outubro de 1977, com a seguinte composição: presidente, Hélio Ruben de Castro Pinto; 1º vice-presidente, Airton Franzoni; 2º vice-presidente, Péricles Leonardi; secretário geral, Marco Antônio de Castro Espírito Santo; secretário de administração, Hélio Baptista Borges; secretário de finanças, Sílvio de Moraes; secretário de relações públicas, Suely de Castro Rojas. Conselho fiscal, Mário Márcio Lopes Prado, Edson Cambeiro Ferreira e Milton Augusto Loureiro Junior; Delegados à Federação Hélio Ruben de Castro Pinto e Marco Antônio de Castro Espírito Santo. Suplentes da diretoria Frederick George Allan, Ernani Luiz Figueiredo Campos, Nelson Madruga Lopes, Luiz Guimarães de Oliveira, Jail Serra Chaves e Milton Leonetti. Suplentes do conselho fiscal Paulo Sérgio Bergamini, José Ozires de Moraes Coutinho e Carlos Alfredo Gaspary Reets. Suplentes dos delegados à federação Glanski Oaklonde de Campos Pacheco e José Eduardo Pimenta.

A décima ~~sexta~~ ^{terceira} diretoria foi eleita nos dias 16 a 22 de setembro de 1980 e empossada no dia 24 de outubro de 1980. Neste pleito eleitoral concorreram três chapas, fato ocorrido pela primeira vez na história do sindicato. Os componentes da chapa número ^{três}, notoriamente incapazes de vencer a eleição, insistiram na sua participação com o insofismável intuito de tumultuar o pleito. De sua atitude anti-sindical resultou grande prejuízo financeiro ao sindicato, pois houve necessidade de outro escrutínio, já que no primeiro nenhuma chapa obteve maioria absoluta. A décima ~~terceira~~ ^{quinta} diretoria democraticamente eleita estava composta pelos seguintes nomes: presidente, José Caetano Lavorato Alves; 1º vice-presidente, Luiz Wagner Marson; 2º vice-presidente, Ivan Barbosa Hermine; secretário geral, Alberto Tiago; secretário de administração, Apolo Seixas Doca; secretário de finanças, Marco Antônio Mitidieri Paternostro; secretário de relações públicas, Waldemir de Abreu Marques. Conselho fiscal Daniel Barbosa Bonfim, Dilson Ayres da Silva e Celso Esteves Greno. Delegados à federação Rodolfo Dazzi Grissi, Glaucio Di Giacomo. Suplentes da diretoria Carlos Alberto Ramos Júlio, João Jacques Green, Nelson Rezende Sobrinho, Acir Toraci, José Alencar de Castro, Miguel Arnt e Paulo Cesar Macedo Ferreira de Andrade. Suplentes do conselho fiscal: Mirna Zelenivivics, Silvano de Almeida Macedo e Luiz Firmino da Silva. Suplentes dos delegados à federação Carlos Alberto Senra Pereira e João Francisco Gentina. Com a renúncia do secretário de administração Apolo Seixas Doca, assumiu o

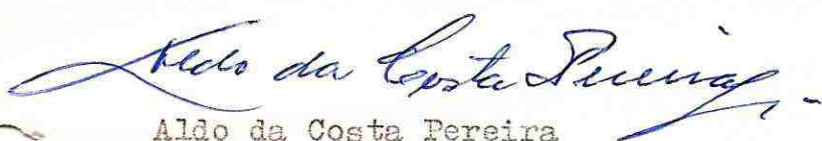
cargo Miguel Arnt. Waldemir de Abreu Marques renunciou à secretaria de relações públicas, sendo substituído por José Alencar de Castro.

A décima sétima diretoria foi eleita nos dias 12 a 16 de setembro de 1983 e empossada no dia 24 de outubro de 1983. A este pleito concorreram duas chapas, tendo a chapa ^{número} dois obtido 80,5 por cento dos votos. A chapa vencedora contava com os seguintes nomes: presidente, José Caetano Lavorato Alves; 1º vice-presidente Bruno Paganella; 2º vice-presidente, Ivan Barbosa Hermine; secretário geral Guacyra Stuart Busmayer Marson; secretário de administração, Gláucio Rodrigues Grohs; secretário de finanças, Marco Antônio Mitidieri Paternostro; secretário de relações públicas, Carlos Alberto Ramos Júlio. Suplentes da diretoria Rodolpho Dazzi Grissi, Silvano de Almeida Macedo, Alberto Tiago, Guido Galli, Luiz Wagner Marson, Andréa Aguiar de Arruda Botelho e Elias Pacheco Filho. Conselho fiscal Carlos Gilberto Salvador Camacho, Sílvio Eduardo de Carvalho Fróes e Carlos Alberto Senra Pereira. Suplentes do conselho fiscal: Renísio Bezerra de Vasconcellos, Edson Antônio Ferreira Matosinho e Eurazia da Silva Louzada. Delegados junto à federação Miguel Arnt e Nelson Rezende Sobrinho. Suplentes dos delegados junto à federação Enio Tadeu Fraga da Silva e João Francisco Gentina.

É oportuno registrar uma prática introduzida nos negros tempos da intervenção que durou de 1964 a 1966 que perdura até os dias de hoje, qual seja a de ser o sindicato administrado quase que exclusivamente pelo presidente e pelo secretário de finanças. Com a intervenção militar, o presidente passou a dirigir segundo as ordens recebidas das autoridades militares. A participação ativa do secretário de finanças era necessária para movimentação dos fundos financeiros. A partir de então, os novos diretores, muitos dos quais procuravam eleger-se para desfrutar de imunidade sindical, omitiam-se, deixando todos os afazeres administrativos nos ombros do presidente e do secretário de finanças. Tal prática levou a extremos, tal como os funcionários dos diversos setores desconhecem os nomes, e também pessoalmente, os titulares das competentes secretarias. Em consequência, o presidente, realizando tarefas de vários secretários, ficou sobrecarregado de serviço.

Além disso, passou a ser alvo único de uns poucos descontentes somente o presidente, a quem eram dirigidos injustos apodos, tais como "autoritário", "individualista", "ditador". Os secretários faltosos, muitas vezes por ignorarem suas obrigações estatutárias, eram poupados de críticas. A ausência dos secretários à frente dos funcionários deu oportunidade para o aparecimento de auto-nomeados assessores que passaram a dar ordens aos funcionários como dirigentes eleitos fossem. Urge, pois, eliminar essa seqüela de um período, este sim ditatorial, o da intervenção que o sindicato sofreu em 1964.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1983


Aldo da Costa Pereira